

A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma

*The cautious transition of North Korea:
venture diplomacy and modernization without reform*

<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400310>

PAULO FAGUNDES VIZENTINI*
ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA**

Rev. Bras. Polít. Int. 57 (2): 176-195 [2014]

A República Popular Democrática da Coreia/RPDC (Coreia do Norte) é um dos Estados menos conhecidos e difíceis de compreender do mundo, e uma das razões disso é a contínua criação política de narrativas ideológicas caricaturais promovidas por atores Ocidentais. Mesmo no meio acadêmico, constitui um tema tabu, o que prejudica a análise de processos em curso, que passam despercebidos. Apesar de considerada um fóssil da Guerra Fria, sempre no limite do colapso, o que se observa é uma população que demonstra vitalidade e um hábil regime que domina a arte da política e da diplomacia. Senão, como explicar sua sobrevivência numa situação permanentemente adversa? Todavia, a questão que será abordada, é a existência de um peculiar processo de transição por parte da nova liderança, que busca uma paradoxal modernização sem reforma. Uma estratégia insensata e suicida, ou sua reelaboração, com base em sólidas tradições políticas?

Condicionantes históricos do nacionalismo e da revolução

A Coreia constitui uma nação antiga, homogênea e de notável continuidade histórica, que realizou uma das revoluções menos conhecidas no Ocidente, e a divisão da península, por razões diplomáticas, fez com que a revolução ficasse restrita ao Norte, embora fosse um fenômeno nacional. O país constitui a única nação completamente encravada entre grandes potências: China, Rússia, Japão e,

* Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil (paulovi@ufrgs.br).

** Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil (ana.danilevicz@ufrgs.br).

pela projeção de poder na região, Estados Unidos. Esta circunstância condicionou sua política externa, tanto como país unido e subjogado ao Japão que foi no passado, quanto posteriormente como nação dividida por uma guerra civil e pela rivalidade internacional da Guerra Fria. Ainda que assegurando forte identidade, unidade e continuidade histórica, a Coreia gravitou, ao longo de sua evolução, entre o sistema tributário chinês, o isolamento e a interação com o Japão. Esta situação, contudo, enfraqueceu-se desde meados do século 19, na medida em que a China era progressivamente subjogada pelas potências ocidentais e pela derrota frente ao Japão em 1894-1895, o qual derrotou a Rússia em 1904-5 e anexou a Coreia em 1910.

O colonialismo japonês na Coreia foi peculiar. Ainda que oprimindo política e culturalmente os coreanos e explorando-os como mão de obra barata, os japoneses criaram uma infraestrutura moderna no país (transporte e administração), bem como uma base industrial e mineradora consideráveis. Isso se devia não apenas a um projeto assimilacionista e à proximidade entre o arquipélago e a península, mas também à própria estrutura da economia japonesa e às circunstâncias regionais. Dessa forma, a Coreia, ainda que permanecesse como um país de desenvolvimento limitado teve um processo de modernização repleto de consequências sociais, políticas e econômicas. A dominação estrangeira estimulou o nacionalismo coreano e a transição para a uma estrutura socioeconômica modernizada.

Dominada pelo Japão e constituindo sua linha de frente no continente, a Coreia fazia fronteira com a China, mergulhada na guerra civil, e com a Rússia, convertida em União Soviética. Esta, além da recuperação de sua posição de potência, passou a constituir uma base de apoio aos movimentos nacionalistas coreanos que emergiam, da mesma forma que os comunistas chineses. Este processo se aprofundou com a invasão japonesa da Manchúria e, depois, do resto da China, com uma vaga de refugiados coreanos e o estabelecimento de guerrilhas esquerdistas na fronteira sino-coreana. Enquanto muitos coreanos se uniam às guerrilhas comunistas chinesas, outros seguiam operando na região fronteiriça e, ocasionalmente, se refugiando na URSS, onde recebiam treinamento. Em 1925, havia sido fundado o Partido Comunista Coreano e, em meados dos anos 1930, os japoneses consideravam o jovem Kim Il Sung como um dos mais perigosos líderes guerrilheiros na fronteira da Manchúria e da Coreia (Scalapino 1972).

A Coreia e o nordeste da China, ao longo da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se uma praça de armas para os japoneses, zona de posicionamento de reservas militares e de centros industriais, por estar imune aos bombardeios americanos. Dessa maneira, quando o conflito chegava ao seu final, a URSS foi instada a atacar os japoneses nesta região, o que se deu em agosto de 1945, simultaneamente ao bombardeio nuclear das cidades de Hiroshima e Nagasaki. Mas nada fora acordado sobre a Coreia, dividida de forma *ad hoc*.

A divisão da Coreia resultou da confluência da clivagem sociopolítica interna com a partilha geográfica da península coreana entre os Estados Unidos e a União Soviética, na altura do paralelo 38. A resistência antijaponesa havia estabelecido

comitês populares imediatamente após a rendição do Japão, porém, ao sul da linha demarcatória, os EUA mantiveram as unidades pró-japonesas em funções de polícia, dissolvendo os comitês, que se mantiveram apenas no norte. Uma situação de transitoriedade vigorou até 1948, com uma ocupação militar que desrespeitava o direito à autodeterminação dos coreanos, que esperavam sua libertação com a derrota do militarismo japonês.

Contudo, em seguida o equilíbrio estratégico asiático estruturado pelos EUA iria desabar. Washington derrotara o Japão e procurava fortalecer a posição da China, governada pelo Kuomintang, concedendo-lhe ajuda econômica e militar, tornando-a um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Esta frágil e pouco realista arquitetura diplomática, contudo, desmoronou devido ao triunfo da Revolução Chinesa e à proclamação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949. Assim, o estabelecimento de dois Estados coreanos, com regimes políticos opostos e estreitamente ligados às potências líderes de cada um dos dois blocos, viria a se tornar ainda mais problemático, com a criação de um regime socialista na China.

A guerrilha antijaponesa e os movimentos nacionalistas da Coreia criaram Comitês Revolucionários por todo o país, os quais se reuniram em assembleia em Seul e proclamaram a República Popular em 6 de setembro de 1945. Dois dias depois, os americanos desembarcaram e ocuparam o sul da Coreia, enquanto dissolviam os Comitês, efetuavam prisões e traziam dos EUA Syngman Rhee para formar um governo apoiado nos notáveis pró-japoneses. No norte, manteve-se a República Popular, liderada pelo jovem comunista Kim Il Sung, e foi implementada uma reforma agrária que consolidou o apoio ao regime. Uma comissão da ONU declarou Syngman Rhee governante do sul, apesar da violência política. Em 1948, eclodiram revoltas populares nas províncias sulistas de Yosu e Cheju Do, e líderes moderados pró-unificação foram assassinados, ao passo que os soviéticos, se retiravam do norte (Armstrong 2003).

Ao lado de graves problemas internos, Rhee passou a enfrentar uma ameaça externa ainda maior. Em janeiro de 1950, o Secretário de Estado Acheson declarou que o perímetro defensivo americano se estendia das Aleutas (no Alasca) às Filipinas, passando pelo Japão (o que excluía Formosa e Coreia do Sul). A resposta da direita republicana e democrata foi imediata: MacArthur conseguiu o envio da esquadra para o estreito de Formosa e insuflou um clima de guerra com apoio dos ameaçados Chang e Rhee (que acabara de ser derrotado nas eleições legislativas). As provocações sul-coreanas na fronteira multiplicaram-se (assassinato de emissários, incursões militares e discursos ameaçando invadir o norte), e Kim Il Sung passou a se preparar militarmente, sobre o que Dulles e MacArthur propositadamente silenciaram. Assim como em Pearl Harbor, um “ataque traiçoeiro” precipitaria uma guerra legítima.

No dia 25 de junho de 1950 as tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38 e conseguiram avançar rapidamente. O desencadeamento da guerra era resultante

de circunstâncias internas (a guerra civil iniciada dois anos antes), regionais (a nova geopolítica da Ásia Oriental) e mundiais (resposta soviética ao desencadeamento da Guerra Fria na Europa). Em dois meses, o exército norte-coreano controlou quase todo o sul, cercando americanos e sul-coreanos no perímetro de Pusan. Entretanto, com o desembarque dos *marines* em Inchon (ao lado de Seul), as forças comunistas recuaram para evitar o cerco. Duas semanas depois (1º de outubro), as forças da ONU, comandadas por MacArthur, cruzaram a fronteira, buscando produzir um fato consumado que extrapolava a decisão da ONU (retorno ao paralelo 38).

Segundo o General Bradley, “o maior perigo que o Ocidente tinha de enfrentar era a possibilidade de que os EUA pudessem ‘baixar a guarda’ após haver obtido a vitória na Coreia” (*apud* Horowitz 1973, 82). Até a invasão do norte, o número de mortos fora insignificante, e só então teve início o massacre que custou quatro milhões de vidas. Os chineses advertiram que não tolerariam a destruição da Coreia do Norte, de modo que, quando MacArthur ocupou Pyongyang, a capital, e aproximou-se do rio Yalu, eles iniciaram seus preparativos militares.

Em novembro, tropas chinesas entravam na luta, derrotando as forças da ONU. A reação americana foi praticar uma política de terra arrasada, utilizando o napalm e ameaçando lançar bombas atômicas. O país inteiro foi reduzido a escombros, enquanto os combates continuavam. Certo equilíbrio foi atingido no início de 1951, em torno do paralelo 38, embora os combates prosseguissem até meados de junho, quando se iniciou um cessar-fogo seguido de negociações. Para que isso pudesse ocorrer, Truman teve de destituir MacArthur.

A compreensão do *ethos* norte-coreano depende do conhecimento das origens do regime (guerrilha antijaponesa) e, principalmente, do impacto que a guerra teve sobre o país. Tratou-se de uma guerra de extermínio, com o uso de *napalm* e bombardeios massivos para destruir todas as cidades e infraestrutura, com ameaça nuclear explícita, em que chegou a ser defendida a criação de um corredor radioativo de 50-60 km junto à fronteira com a China. Como resultado disso, o país desenvolveu uma mentalidade de *bunker* e, efetivamente, centenas de km de túneis e 15 mil refúgios profundos foram construídos, abrigando depósitos de mantimentos e armamentos, hospitais, fábricas, hangares para aviões e refúgios para as pessoas. O medo de um ataque nuclear remonta a esta época, inclusive porque os EUA estacionaram armas atômicas na Coreia do Sul e no Japão.

Harold Lasswell, em um clássico artigo de 1941, definiu *the Garrison State* (Estado militar, caserna ou guarnição) como “o que os especialistas em violência constituem o grupo mais poderoso da sociedade” (Lasswell 1941, *apud* Cumings 2004, 1). Segundo Bruce Cumings, “a Constituição da RDPC proclama ‘armar toda a sociedade e transformar todo o país numa fortaleza’” (2004, 1). Numa população de 23 milhões de habitantes, há um exército de um milhão, além de seis milhões na reserva e do fato de que esmagadora maioria da população tem treinamento e experiência militares. Isso tudo devido ao trauma da guerra.

Outro ponto importante foi o estabelecimento de um culto à personalidade do líder e de uma sociedade corporativa, porém igualitária (apesar dos privilégios dos dirigentes). Ela associou a visão do marxismo europeu clássico a uma tradição asiática de Estado confuciano, com destaque à continuidade da liderança. A ideia de unidade em torno do regime e um sólido nacionalismo são suas características marcantes (Cumings 2004). E, finalmente, o papel da ideologia é central. Kim Jong Il, a propósito da queda da URSS, argumentou que se tratava de falta de doutrinação da juventude. Segundo ele, “a consciência desempenha um papel decisivo na atividade do ser humano. [...] O fator básico que dá ímpeto ao desenvolvimento social deve ser sempre adscrito à consciência ideológica”. Pode-se dizer que se trata de uma nação onde a ideologia joga um papel essencial (Kim Jong Il 1995, 7).

Após o conflito, a Coreia do Norte se encontrava completamente destruída: cidades, pontes, represas e sistemas de irrigação, minas, fazendas, estradas e ferrovias. A URSS e a China ajudaram os norte-coreanos em termos técnicos e financeiros, mas foram eles próprios que arcaram com o esforço humano, exclusivamente. Tal façanha deu à população um grande sentido de autoestima e de proximidade com o regime. Ainda na década de 1950 a reconstrução estava concluída e a sociedade industrial, consolidada. Para tanto foi necessário socializar completamente a economia, regida por planos quinquenais, e associá-la às economias dos países socialistas. Aliás, foi a terrível destruição econômica e social da guerra que permitiu construir uma economia socialista sem as tensões que normalmente acompanham um processo de transição do capitalismo ao socialismo. E como o norte já era uma sociedade relativamente urbanizada antes da guerra, desde aquela época foi possível fazer uma reforma agrária e criar uma agricultura estatal ou cooperativa.

O conflito acarretaria a destruição da península e um empate militar, que consolidava a situação anterior. A China ficava irremediavelmente envolvida com a península, zelando pela manutenção do regime de Pyongyang como um Estado-tampão, que mantinha as forças americanas afastadas de suas fronteiras. O exército chinês, apesar de suas deficiências, mostrara-se capaz de enfrentar a maior potência do planeta, mas a possibilidade de incorporar Taiwan ficava afastada por tempo indeterminado. Já os EUA revertiam sua perspectiva anterior, apoiando a reconstrução do Japão, sob um regime de soberania limitada.

Enquanto o regime do norte gozava de legitimidade interna e estabilidade, o do sul era permanentemente contestado por amplos setores da população, além de depender economicamente da ajuda externa, fundamentalmente norte-americana. Assim, a propaganda de Pyongyang tinha relativa facilidade em apresentar o regime de Seul como “marionete dos EUA”. Contudo, ambos os países eram reconhecidos apenas pelos membros dos blocos em que se inseriam, não sendo admitidos na ONU. Neste sentido, era fundamental para cada um dos regimes polarizar suas políticas internas, como forma de obter legitimidade internacional dos respectivos blocos, bem como ajuda externa.

Condicionantes políticos do socialismo Juche

Com relação à economia coreana, Cumings (2004, 477) chama a atenção para sua busca pela autossuficiência e pelo desenvolvimento autônomo:

A Coreia do Norte oferece o melhor exemplo de retiro consciente do sistema mundial capitalista no mundo pós-colonial em desenvolvimento, bem como uma tentativa séria de construção de uma economia independente, autônoma; como resultado, observamos, hoje, à economia industrial mais autárquica do mundo. [Mas] a Coreia do Norte nunca permaneceu ociosa, sempre avançou. Esta foi uma retirada com desenvolvimento e uma retirada para o desenvolvimento. A autossuficiência foi, ademais, autossuficiência em relação ao bloco soviético, porém com menos perseverança: [ela] recebeu grande quantidade de ajuda econômica e assistência técnica da URSS e da China (ainda que longe do que recebeu o Sul dos EUA e do Japão).

A RDPC contou com uma economia socialista dirigida pelo Estado, com base em planos de longo prazo e com forte ênfase no desenvolvimento da indústria pesada. O crescimento industrial durante o Plano Trienal 1953-1956 (reconstrução) foi de 41,7%, e o crescimento foi mantido durante toda a década de 1960, com o lançamento do Primeiro Plano de Sete Anos 1961-1967. Neste período, o crescimento da Coreia do Norte superava em muito o crescimento do sul. Nos anos de 1970, porém, a RDPC já havia esgotado o potencial de desenvolvimento extensivo de sua indústria, com base em sua própria tecnologia, na tecnologia soviética e na tecnologia japonesa da época colonial. Por isso, a Coreia do Norte voltou-se ao Ocidente e ao Japão para a compra de plantas industriais completas, reduzindo parcialmente seu isolamento. Na mesma época, a industrialização do Sul começava a gerar seus primeiros frutos, de forma que a renda *per capita* do sul e do norte ficaram em níveis bastante próximos.

A Coreia do Norte também logrou importantes êxitos nas áreas rurais desde a reforma agrária levada a cabo em 1946. A coletivização da agricultura, todavia, só teve início após a Guerra da Coreia, com o surgimento de cooperativas, a partir de 1954. Nestas cooperativas, com configuração territorial igual à das antigas aldeias, os camponeses continuavam tendo o direito de transferir as terras que habitavam por herança, ainda que não fossem proprietários das terras em que trabalhavam, e eram recompensados economicamente de acordo com a produtividade de seu trabalho. Nos anos de 1958-1960, o governo norte-coreano promoveu uma revolução técnica no campo, que se deu com (a) irrigação; (b) eletricidade; (c) mecanização; e (d) quimização. Estas condições fizeram com que o país atingisse relativa autossuficiência alimentar.

Pyongyang foi obrigada a manter relações de equilíbrio com os dois gigantes comunistas que, desde o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), divergiam e competiam de forma cada vez mais explícita. Se a ajuda

econômica da URSS era mais substancial, a postura diplomática de Moscou face ao Ocidente, desde a afirmação da Coexistência Pacífica, era percebida como uma ameaça potencial. Assim, era preciso contar mais com a China no campo estratégico, durante este período, e flanquear as divergências entre os dois aliados. Em parte, isso foi possível porque para a URSS o cenário asiático era secundário nesta fase.

A rivalidade sino-soviética contribuiu, em grande medida, para a afirmação do conceito *Juche* na Coreia do Norte, que enfatizava autoconfiança, a independência e emprego das próprias forças, o que parecia paradoxal, considerando-se que a tensão existente na península (tropas americanas e armas nucleares no sul) demandava apoio chinês e soviético para a segurança do norte. Assim, Kim Il Sung foi suficientemente hábil para criar um espaço de independência entre Moscou e Pequim, sem tomar partido na disputa, alterando a ênfase de sua aliança em cada conjuntura e garantindo a maior autonomia possível, o que implicava a existência de um regime bastante fechado ao exterior, inclusive em relação aos aliados.

No início da década de 1970, a região da Ásia Oriental sofreu uma transformação estratégica profunda, pois a China se aproximou dos EUA (Diplomacia do Ping-Pong), voltada contra a URSS. A Coreia do Norte viu sua posição se tornar mais precária nas relações com os países socialistas, especialmente a China, quando esta passa a integrar o Conselho de Segurança da ONU. Para Pyongyang e Pequim, a ONU constituía, até então, uma instituição ameaçadora do sistema internacional, considerada instrumento da estratégia norte-americana. Assim, a nova política externa chinesa enfraqueceu os laços de solidariedade sino-norte-coreanos, forjados durante a Guerra da Coreia.

Esta situação se agravaria com a Perestroika, que conduziu à normalização com a China e à busca de contatos com a Coreia do Sul, sobretudo no campo econômico. Esta formulou a chamada *Nordpolitik*, de acercamento com os países socialistas, tirando proveito da nova conjuntura internacional. Ocorreu o reatamento com a URSS, em 1990, o que Pyongyang considerou como “traição”. Assim, aumentavam os problemas diplomáticos da Coreia do Norte, que aprofundava então, como estratégia compensatória, sua atuação no Movimento dos Países Não Alinhados e junto ao Terceiro Mundo.

Songun, estratégia militar de sobrevivência

Quando o governo chinês reprimiu a manifestação de Tiananmen, a Coreia do Norte, em nome da conservação do sistema socialista, apoiou Pequim, e a Coreia do Sul evitou tomar posição ao lado do Ocidente, mantendo a cooperação econômica com a China. Com Pyongyang, Pequim estreitava os laços político-militares, pois o socialismo não poderia sofrer outra derrota, que afetaria o equilíbrio interno da China, privando-a, simultaneamente, de um importante ponto de apoio para sua defesa. Pyongyang adotou, então, o que ficou conhecido, posteriormente como política do *Songun*, a prioridade militar como estratégia de

sobrevivência. As forças armadas passaram a ocupar o centro do cenário político, especialmente com Kim Jong Il (Choi 1999; Ri 2014; Park 2010).

Contudo, ainda que o apoio político-militar chinês tenha sido garantido, a cooperação econômica agora se daria no âmbito das reformas, que a vulnerável Coreia do Norte não desejava implementar. Enquanto isso, a URSS entrava em agonia, e a cooperação econômica se deteriorava, agravando ainda mais a situação do país. Como a China se reaproximou e reatou com a Coreia do Sul (formalizado em 1992), a Coreia do Norte foi estimulada por Pequim a buscar alguma forma de concertação com os EUA, Japão e Coreia do Sul, para evitar o isolamento e o colapso do regime. Dessa forma, iniciaram-se conversações de alto nível entre as duas Coreias, que ingressaram conjuntamente na ONU em 1991.

Já Washington necessitava manter sua presença militar no Japão e na Coreia do Sul, bem como articular com esses países um sistema de defesa antimísseis voltado contra a China e a Rússia (TMD – *Theater Missile Defense*). O elemento legitimador de tal política será a virtual e sempre exagerada ameaça militar da Coreia do Norte, mostrada como um país governado por fanáticos e desesperados, capazes de uma atitude de consequências imprevisíveis no plano internacional (Haggard 2007). No entanto, não apenas o regime norte-coreano controlava solidamente o país, mas também agia de forma calculada nas diversas conjunturas diplomáticas. Daí o estabelecimento de um diálogo permanente e, até mesmo, cordial, entre Washington e Pyongyang, durante a administração Clinton (Harrison 2002).

Este quadro se somava ao difícil desenvolvimento das negociações intercoreanas, iniciadas no princípio da década. Mas, em 1994, o líder comunista faleceu, interrompendo-se temporariamente os contatos (luto de três anos). Num quadro de indefinição e de sucessão, ocorreu um conjunto de crises. Por um lado, foram anos de provação (a *Marcha Penosa*). Duas enchentes gigantescas e uma seca provocaram uma crise alimentar no norte, sendo necessária a ajuda internacional. Com o colapso da URSS a Coreia do Norte perdera o fornecimento de petróleo subsidiado, de insumos para suas fábricas de fertilizantes e cimento e peças de reposição para os maquinários. Assim, a agricultura e a indústria sofreram drástica redução. E a China agora só vendia a preço de mercado e em moeda conversível. O país sobrevivia vendendo armamentos, minérios e pescados, além de depender cada vez mais da remessa financeira da Associação dos coreanos residentes no Japão (dois milhões), que é pró-Pyongyang, oriunda de uma loteria instituída para este fim.

Face aos problemas econômicos, a Coreia do Norte tentou fazer uma reforma monetária, que causou forte reação de amplos setores, inclusive com inéditos protestos. O governo acabou recuando e adotando medidas mais graduais. O reforço das zonas econômicas especiais apenas atenuou a situação de penúria. Nesse contexto, Kim Jong Il foi à China em 2011 para, finalmente, estudar as reformas chinesas e buscar aplicá-las na Coreia do Norte.

No plano da segurança, com o endurecimento da administração Bush, Pyongyang buscou explorar ainda mais a cartada nuclear como último trunfo, desenvolvendo uma estratégia calculada de tensões. O que o regime deseja é um acordo com os EUA, que garanta de forma multilateral sua segurança, e a obtenção de ajuda econômica para renovar sua estrutura produtiva. Todavia, nada indica que o Norte possa simplesmente entrar em colapso, contrariando os prognósticos mais pessimistas. E mais ainda, impressiona a capacidade de autonomia que o regime demonstra ao tratar com adversários, como os EUA, e amigos, como a China. Decididamente, não deseja ser uma moeda de troca entre os grandes poderes.

Apesar de tudo, nos anos 2000, a Coreia do Norte conseguiu amenizar a crise econômica e garantir a continuidade do regime. Já no plano externo, a recuperação se deveu, especialmente, aos investimentos chineses, à aproximação econômica com a Coreia do Sul – com o estabelecimento da Zona Industrial de Kaesong (ZIK), em 2002, e com a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) ao longo da fronteira –, e à barganha política com os EUA acerca de seu programa nuclear – sobretudo após o Acordo Quadro de 1994 e a criação das *Six Party Talks*, em 2003.

As primeiras reformas econômicas foram anunciadas em meados de 2002, em um contexto de grave crise econômica – marcada pela estagnação industrial, pela grande escassez alimentícia, e, sobretudo, pela necessidade de obter ajuda externa. A “*Perestroika à la Pyongyang*” visava, primordialmente, a aumentar o nível de monetarização da economia, o que foi feito, inicialmente, através de mudanças nos preços, acabando com parte dos subsídios governamentais aos bens alimentícios básicos. Logo em seguida, foi encorajado certo empreendedorismo e foram oficializados os pequenos mercados onde os agricultores vendiam sua produção excedente, ainda que o governo procurasse manter certo controle sobre os bens vendidos e fixando limites para as variações de preços. Essa medida foi complementada com a revisão da Lei Comercial, em 2004, favorecendo o aumento da autonomia das transações de mercado internas e o crescimento do comércio exterior norte-coreano (Eberstadt 2007).

Não obstante, tais reformas se mostraram insuficientes para reativar a economia do país, sendo o sistema de distribuição estatal de bens alimentícios reimplantado em 2005, seguido pelo fechamento dos mercados privados (Lister 2010). A economia norte-coreana decaiu ainda mais com as sanções econômicas internacionais decorrentes de seu primeiro teste de um míssil de longo alcance (Taepodong-I), em julho, e de seu primeiro teste nuclear, em outubro de 2006. Novas sanções foram ainda mais duras, em 2009, em resposta ao segundo teste nuclear, e que contribuíram para a forte crise econômica que se seguiu à tentativa de reforma monetária e de retorno à economia planificada.

Todavia, o governo logo descobriu que não era mais possível retornar às condições anteriores a 2002, uma vez que não tinha mais condições de garantir a quantidade necessária de suprimentos para restaurar a economia planificada, devido às sanções internacionais e à suspensão do auxílio da Coreia do Sul. Com o fracasso

da reforma monetária, portanto, todas as demais medidas foram abandonadas já em fevereiro de 2010. Ademais, a China abandonou a posição ambígua em que esteve nos últimos anos – ora fornecendo subsídios, ora pressionando pela a desnuclearização do país –, e passou a estreitar laços com a Coreia do Norte, envolvendo em grandes projetos de cooperação bilateral.

A segunda sucessão e o retorno do Partido

Embora alguns analistas apresentem o processo sucessório que conduziu Kim Jong Un à presidência como apressado devido aos problemas de saúde de Kim Jong Il, as mudanças em curso na RPDC tiveram início nos últimos anos de seu governo. Após o derrame ocorrido em 2008, o líder norte-coreano adotou uma dupla estratégia para garantir estabilidade política interna. Em primeiro lugar, foram tomadas importantes medidas para revigorar o Partido do Trabalho da Coreia e seu aparato, com vistas a criar um novo ambiente interno para seu sucessor. Depois, na Terceira Conferência do Partido, em 2010, foram anunciados novos nomes para o Bureau Político, Secretariado, Comissão Militar Central e Comitê Central. Com as novas indicações, Kim Jong Il tentou assegurar a assistência e a instrução do futuro presidente na condução política do país (Yang 2010).

A recuperação da antiga e desgastada estrutura do Partido, colocado em segundo plano com a política *Songun* (de fortalecimento militar), foi uma medida crucial para garantir a sucessão. Todavia, é importante lembrar que, ainda em 2009, houve uma revisão da Constituição de 1998, que fortaleceu a organização da Comissão de Defesa Nacional, principal órgão decisório do país, e que promoveu o General Jang Song Thaek (marido da tia de Kim Jong Un) a vice-presidente. Jang Song Thaek praticamente controlou a administração norte-coreana até que Kim Jong Il se recuperasse. Desde 2010, com o fortalecimento da Comissão de Defesa Nacional e com a morte de seus dois principais rivais, Ri Je Gang e Ri Yong Chol, Jang Song Thaek foi o segundo homem mais poderoso do país, liderando tanto o Partido como as Forças Armadas, além da incumbência de zelar pela transição de poder. Ao considerarmos a peculiar estrutura institucional da RPDC, há razões para acreditar que o inédito julgamento público e a execução de Jang Song Thaek representou o desfecho de uma disputa pelo poder que começou a ser travada a partir dos problemas de saúde de Kim Jong Il.

Por outro lado, a reforma monetária de novembro de 2009, ainda que de resultados limitados, acabou por enfraquecer a influência dos militares. No ano seguinte, Kim Jong Un já controlava o aparato de inteligência norte-coreano, permitindo-lhe examinar cuidadosamente as características e projetos da elite governante do país. Mas era necessário recuperar a economia, de forma a evitar crises de maior profundidade no momento da transição. Daí o esforço feito por Kim Jong Il para restabelecer a base industrial do país e buscar aumentar a cooperação com parceiros, como a China.

Desde que assumiu o poder, em dezembro de 2011, Kim Jong Un colocou em prática suas políticas, utilizando os centros de decisão coletiva do Partido, como o Bureau Político do Comitê Central, bem como suas reuniões plenárias, e a Comissão Militar Central (Kim 2014). Além disso, Kim Jong Un tem contato frequente com o público e demonstra grande interesse pelo desenvolvimento econômico do país e pela melhoria da qualidade de vida da população, o que revela um estilo de liderança onipresente semelhante ao do seu avô, Kim Il Sung (sem falar na semelhança física) e distinto de seu pai, o reservado Kim Jong Il.

No final de 2008 e início de 2009 já era possível observar a convergência política, o que conduziu a um novo equilíbrio entre civis (Partido) e militares. Logo após a morte de seu pai, Kim Jong Un demonstrou uma liderança consistente, revelando que sua preparação para a sucessão iniciou muito antes de sua designação oficial. O novo presidente logrou, sem dúvida, exercer sua influência sobre o Partido, as Forças Armadas e demais órgãos de segurança. Duas semanas após a morte de Kim Jong Il, em 17 de dezembro de 2011, Kim Jong Un foi designado Comandante Supremo do Exército Popular da Coreia, ocasião em que lançou as bases de sua liderança ao promover mudanças na cúpula do estamento militar.

Em seguida vieram as alterações na estrutura do Partido e a promulgação de emendas constitucionais, quando, então, Kim Jong Un foi designado às mais altas posições no Partido – Primeiro-Secretário e Primeiro Presidente da Comissão de Defesa Nacional – finalizando, quatro meses após a morte de seu pai, a transmissão oficial de poder (sucessão que seu pai levou quatro anos para concluir). Em julho de 2012, o novo líder foi investido de um título adicional, o de Marechal da República. Embora muitos analistas tentem reacender o conceito de poder absoluto do líder, a rapidez que marcou a consolidação do poder de Kim Jong Un revela a sua habilidade em estabelecer uma liderança coletiva e renovada, com uma composição que garantiu ampla base de apoio nas instituições, além de recuperar o estilo popular e carismático de seu avô, que se traduz no apressado da sociedade coreana. Esse aspecto é visível nas aparições públicas do presidente, bem como seu envolvimento direto (quase cotidiano) nas mais variadas pautas sociais.

É importante lembrar que o risco de uma intervenção militar na RPDC é percebido como real não apenas nas instâncias de poder, mas, fundamentalmente, pela sociedade coreana, que tem viva na memória a violência da guerra. Assim sendo, o desenvolvimento do programa nuclear como recurso de dissuasão foi apoiado amplamente, mesmo nos períodos de penúria. Hoje, ocorre o desenvolvimento paralelo do programa nuclear e da economia, baseado na lógica da *Linha Byungjin*. Ela estabelece que o escudo nuclear e missilístico permite liberar recursos para outros setores da economia, ao mesmo tempo em que garante a segurança e a soberania do país. Aos poucos, essa lógica vem assumindo o papel de principal eixo para definir as políticas norte-coreanas. Kim Jong Un, ao lançar a *Linha Byungjin*, define os limites de atuação do Partido e das Forças Armadas, corrigindo as (necessárias e conjunturais) distorções anteriores.

A atual orientação estipula que os militares se dediquem às atividades militares e os civis às atividades civis, em uma clara revisão à política *Songun*, que priorizou o Exército Popular da Coreia como instituição e fortaleceu os funcionários militares em relação aos funcionários civis em geral e os do Partido em particular. Apesar de o setor militar ser fundamental para o regime norte-coreano, tudo indica que ele está sob o controle do presidente. O exército convencional, cuja modernização seria caríssima, cede espaço à força de dissuasão tecnologicamente avançada, operada por outra geração de militares.

É possível uma modernização sem reformas?

As rápidas mudanças promovidas por Kim Jong Un reacenderam as expectativas de reforma econômica. Entretanto, o regime norte-coreano observa a questão com muita cautela. Ao pensar em reformas, seria improvável que a RPDC seguisse o caminho chinês, por exemplo. Em primeiro lugar, as reformas chinesas dos anos 1970 ocorreram em condições mais favoráveis diante da conjuntura política interna e externa. A aproximação com os Estados Unidos e com o Japão (e a sua consequente projeção estratégica), certamente facilitaram a implementação dessas reformas pela ausência de relações conflitivas. As relações da RPDC com esses países e com a Coreia do Sul permanecem tensas, apesar da recente reaproximação com os sul-coreanos. A constante ameaça externa, as recorrentes crises militares, as condições específicas produzidas pela divisão do país (potencialmente desestabilizadoras) não constituem um cenário favorável para reformas mais rápidas. Entretanto, é visível o impulso de modernização do Estado e da economia.

Para se ter uma ideia, entre fevereiro e abril de 2014 houve um aumento dos exercícios militares conjuntos dos Estados Unidos e da Coreia do Sul e há previsão de novas manobras – um porta-aviões está estacionado na costa sul-coreana para a realização de tais manobras. Evidentemente, não há interesse em desencadear uma guerra contra a RPDC devido à sua capacidade de defesa, mas, hoje, 28 mil militares norte-americanos estão na Coreia do Sul. Assim, seja através da tentativa de constrangimento militar ou pela via oportunizada pelas Nações Unidas, Estados Unidos e Coreia do Sul tentam aumentar as sanções contra a RPDC. Nesse quadro, os norte-coreanos optaram por um caminho seguro e que evite o suicídio político e físico. Dificilmente o que aconteceu na Rússia e na Europa Oriental aconteceria na RPDC, ou seja, poucas chances a elite política norte-coreana teria de se integrar a um sistema capitalista se o regime for derrubado. Se isso acontecesse, os sul-coreanos ocupariam os postos mais relevantes da economia (Lankov 2013; Lee 2011). Assim, é improvável que, em um cenário de reunificação, os norte-coreanos pudessem renascer no capitalismo, tendo em mente a experiência da unificação alemã em 1990.

Há, no entanto, fatores que podem se tornar indutores de mudanças econômicas. Na Zona Especial de Kaesong voltam a operar *joint ventures* entre

empresas estatais do Norte e privadas do Sul (Thompson 2011). No extremo norte foi criada a Zona de Ranjin, com um moderno porto conectado ao nordeste da China e à Rússia, que abriga empresas de vários países. E cada pedaço de terra disponível é cultivado no rochoso e montanhoso país, num esforço para manter a segurança alimentar. Busca-se uma modernização própria, que deve ser acompanhada da aceitação internacional e, especialmente, do estabelecimento de relações diplomáticas e econômicas com os Estados Unidos (com um acordo de paz) e a garantia de respeito ao regime. Objetivos que não seriam alcançados com a desnuclearização unilateral.

Ao lado das imagens onipresentes dos cultuados líderes, proliferam celulares e computadores (com *intranet* nacional), sinalizando modernização. Pessoas bem vestidas, saudáveis, disciplinadas e cordiais levam uma vida aparentemente normal (muito mais relaxada e segura que a nossa), apesar das tensões militares, e desfrutam dos modernos parques de diversão e centros culturais e esportivos. Há muita esperança no atual processo de renovação e uma vontade de superar o isolamento, que é mais imposto de fora para dentro, obrigando-os a uma resposta equivalente por razões de segurança.

Independente da discussão proposta por alguns analistas sobre o tempo de vida do regime norte-coreano diante do poder do mercado, a RPDC seguiu um caminho próprio, fortemente baseado na Ideia *Juche* que postula, mais que autossuficiência, autonomia. Assim, como outros Estados construídos pela via da revolução social e da opção socialista, os norte-coreanos construíram o Estado e a Nação considerando a necessidade de se proteger de um mundo exterior hostil. Nesse sentido, o isolamento do país resulta de uma combinação de fatores, que têm raízes profundas na história coreana, especialmente, no pós-Guerra de 1950-1953. Mas, principalmente, esse isolamento é resultante da pressão externa, intensificada com o fim de um dos principais parceiros do país, a URSS. Todavia, isso não significa que a RPDC deseje manter essa situação. Ao contrário, se intensificam os mecanismos de interlocução e de cooperação com um número cada vez maior de novos Estados. O irônico é que, apesar do isolamento autoimposto ou forçado, os norte-coreanos observam com muita perspicácia as transformações na correlação de forças em nível internacional com o final da Guerra Fria. A percepção da potencialidade das relações com as potências emergentes, ou mesmo os demais países em desenvolvimento, tem se ampliado e tomado forma com iniciativas que venham ao encontro do projeto de mudanças no país.

Um dos pontos muito discutidos é o papel dos mercados privados, que hoje permanece mais numa semilegalidade indefinida, mas cujo padrão não está claro. Há uma oscilação em relação a eles (como em Cuba), onde um certo grau de tolerância está sempre sujeito a um retrocesso para não permitir a institucionalização da prática como ocorreu durante a crise econômica. Alguns acreditam que esse pode ser um caminho para uma futura transição interna e abertura externa. Para outros, trata-se apenas de uma válvula de escape a qual recorre o regime.

Kim Jong Un começou a transformar a fisionomia da RPDC. Nos últimos anos, grandes projetos públicos nos setores de educação, saúde e lazer, por exemplo, transformam-se em realidade em questão de meses. O governo definiu a agricultura, a construção pública e o campo de ciência e tecnologia como prioridades. Tais definições refletem, em parte, o regime de sanções, que não atingiram nenhum de seus objetivos até o momento, pois o regime norte-coreano não dá sinais de esgotamento, tampouco impediram o desenvolvimento dos programas nuclear e missilístico.

A busca da segurança num mundo em crise

Embora o governo norte-americano identifique o programa nuclear da RPDC como tema de segurança nacional de alta prioridade, a atenção dispensada pela administração do presidente Barack Obama à questão, em contraste ao que afirmou como candidato (de que fortaleceria o engajamento com Pyongyang), diminuiu consideravelmente. O Secretário de Estado John Kerry parecia também ter aderido à postura de “esperar para ver”. Entretanto, em março de 2011, o então presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, em um painel sobre a RPDC, advertiu sobre a manutenção do *status quo* na península coreana. Na ocasião, Kerry afirmou: “[...] temos que ir além do ponto da conversa política, pois o nosso silêncio propicia que uma situação perigosa se torne pior”.

Ao analisar a mudança de postura da administração Obama, pode-se afirmar que dentre as razões que podem explicar tal inflexão, está a crença de que Pyongyang jamais abandonará o seu programa nuclear, o que tornaria inútil qualquer esforço de negociação. Os parcos resultados alcançados por administrações anteriores e o conseqüente desinteresse em investir capital político em uma questão que produz resultados limitados (e muitas críticas), fez com que a política norte-americana para a RPDC fosse redefinida (Cha 2009). Importante ressaltar que a visão norte-americana também está relacionada à reversão, por parte do ex-presidente sul-coreano Lee Myung Bak, do processo de aproximação iniciado durante a *Sunshine Policy*. Outro aspecto a considerar é a frustração em relação à cooperação com a China, que faz com que Washington redimensione as “ameaças” norte-coreanas como pretexto para conter Pequim. Dessa forma, os norte-americanos legitimam sua presença na região. Em setembro de 2013, ao discursar por quarenta minutos diante da Assembleia Geral das Nações Unidas, Obama sequer mencionou a questão nuclear norte-coreana.

De fato, a administração Obama parece acreditar na eficácia da “paciência estratégica”, ainda que muitos analistas considerem que tal estratégia não produza resultado algum. O curioso é que os norte-americanos também parecem despreocupados com os progressos que os norte-coreanos têm realizado nos seus programas nuclear e missilístico. Todavia, não há dúvida de que Washington usa a possibilidade de uma “ameaça nuclear” norte-coreana como justificativa para

umentar sua presença na região, de um lado com o claro propósito de conter a China, e de outro, para reforçar o pacto de segurança tripartite com o Japão e a Coreia do Sul. Nesse sentido, a RPDC é extremamente útil para as pretensões norte-americanas de se fazer presente na região.

Evidentemente, uma tentativa séria para reverter o impasse teria que partir de Seul, ao convencer Washington e Tóquio de que todos poderiam ganhar se as duas Coreias encontrassem um *modus vivendi* preferível a um *status quo* que, no futuro, pudesse escapar ao controle. Entretanto, a administração de Park Geun Hye parece compartilhar a visão norte-americana de que a RPDC deve dar o primeiro passo. Isso significa que Pyongyang deveria tomar a dianteira no processo de desnuclearização. Por outro lado, não há dúvida que Pyongyang percebe que qualquer ação unilateral nesse sentido poderia representar um suicídio político.

A política de “paciência estratégica” da administração Obama é decorrente da percepção de que a RPDC não mudou com o processo de transição de liderança, ocorrido em 2011. Apesar das dificuldades econômicas no início do governo de Kim Jong Un, parece ter ficado claro a Washington que engajamento ou sanções não podem alterar o comportamento da RPDC. Nos Estados Unidos, praticamente todos os representantes políticos têm um único objetivo em relação ao país – que a RPDC se desnuclearize, que se “abra ao mundo”, que promova reformas econômicas e sociais, que “respeite os direitos humanos”. Os debates sobre a estratégia a ser utilizada permanecem os mesmos há décadas; concentram-se na ideia de estabelecer níveis de cooperação para convencer a RPDC a mudar sua perspectiva e suas relações com o resto do mundo ou coagi-la a mudar seu “mau comportamento”.

Nesse sentido, cabe a pergunta: os Estados Unidos estariam dispostos a tolerar a RPDC se esta estivesse disposta a mudar o suficiente para não ameaçar seus interesses, mantendo seu caráter? Como observou Robert Litwak (2008), historicamente, os Estados Unidos têm se preocupado com o *comportamento* de outros países, porém, mais recentemente, também com o seu *caráter*. Assim, a relutância dos Estados Unidos em conceder à RPDC *status* de igualdade a outros países atravessa várias administrações. Hillary Clinton, Donald Rumsfeld e George W. Bush não pouparam palavras pouco diplomáticas à RPDC e a seus líderes, o que realmente coloca em questão o desejo dos Estados Unidos em conviver de alguma forma com este país. A tática da demonização da RPDC, definindo-a como “*outpost of tyranny*”, “*axis of evil*” e “*rogue state*”, torna o diálogo impossível. Haverá, de fato, a intenção de estabelecer uma agenda política específica? Mas, é preciso reconhecer a avaliação de Victor Cha, ex-assessor e frequente conselheiro da Casa Branca para as questões norte-coreanas (apesar do seu prognóstico de que Kim Jong Un cairia em seu primeiro ano de gestão), de que “a Coreia do Norte não quer apenas a bomba, mas também o *status* e o prestígio de uma potência nuclear”.

Embora os testes missilísticos e nucleares realizados em Pyongyang sejam entendidos como provocações, são parte de um programa militar sistemático no

qual a RPDC tem trabalhado a mais de quarenta anos como recurso de dissuasão. Ao inscrever seu autoproclamado *status* de potência nuclear na Constituição, em 2012, e ao dar moldura legal ao programa nuclear em 1º de abril de 2013, a RPDC demonstrou que pretende continuar a desenvolver sua capacidade de dissuasão. A decisão pode ter tido como objetivo criar um fato consumado, para obter uma posição mais favorável no caso de uma negociação com os Estados Unidos. O uso frequente de uma retórica belicosa indica o desejo do país de fortalecer seu *status* internacional, tornando-o uma prioridade da política externa das grandes potências, além de um interlocutor indispensável. Para a audiência doméstica, o regime ganha crédito como um país poderoso e independente, fiel ao legado revolucionário de Kim Il Sung.

A “ofensiva de charme” da RPDC, que teve início com o discurso de Ano Novo de Kim Jong Un, busca um avanço na alteração do *status quo* na península coreana. Pyongyang entende que, para assegurar a sobrevivência do regime, deverá ir além da hostilidade militar com os Estados Unidos, a mais viva relíquia da Guerra Fria e uma das mais antigas relações de hostilidade da História recente. Assim, a RPDC busca, nas parcerias com o Japão e com a Rússia, por exemplo, e nos esforços de reconciliação com a Coreia do Sul, uma oportunidade para obter investimentos externos e diminuir o isolamento político e econômico.

Entre muitos analistas há a percepção de que as mudanças na RPDC podem ser determinadas pela China. Essa visão, aliás, é fortemente compartilhada pela administração norte-americana. Todavia, trata-se de uma percepção inconsistente por dois motivos. Em primeiro lugar, desde o início da controvérsia nuclear, nos anos 1990, o principal foco da política externa norte-coreana são as relações com os Estados Unidos, e não com a China. A RPDC busca garantias de segurança, reconhecimento diplomático e normalização das relações econômico-comerciais. Para tanto, a conclusão de um tratado de paz que estabeleça condições para relações diplomáticas, bem como a suspensão das sanções econômicas e financeiras somente podem ser negociado com os Estados Unidos.

Em segundo lugar, embora Pyongyang tenha níveis de dependência econômica em relação a Pequim, a ascendência chinesa sobre o regime norte-coreano tem sido superestimada, em especial no que diz respeito às decisões militares. Por outro lado, como traço forte da política externa chinesa, Pequim apenas utilizará sua influência para alcançar objetivos políticos consistentes e quando houver interesses estratégicos. Não se trata, entretanto, de simplesmente exercer influência sobre a RPDC, mas de manter relações pacíficas que garantam o *status quo* na península. O apoio chinês à RPDC assegura um vizinho amigável em sua fronteira nordeste e uma zona tampão com a Coreia do Sul, onde há forças norte-americanas.

Ainda que, as relações entre Pequim e Seul tenham conhecido seu ponto alto e os dois líderes tenham se encontrado em diversas ocasiões – recentemente, a Presidente Park Geun Hye visitou Pequim (junho de 2013) e o presidente Xi Jinping visitou Seul (julho de 2014) –, este fato não representa a alteração das

relações entre Pequim e Pyongyang. Poderá sim, em certa medida, contribuir para a sensação de isolamento de Pyongyang se combinado à recente reaproximação entre o Japão e a Rússia. Entretanto, seria prematuro e superficial afirmar que esses eventos levarão o regime norte-coreano a um desgaste e consequente colapso. É improvável que os chineses (e mesmos os russos) desejem uma Coreia unificada sob a égide de Seul. Os objetivos políticos e estratégicos de Pequim estão relacionados à redução da influência norte-americana no país (e na região) ao apresentar a Seul as vantagens no aprofundamento das relações econômico-comerciais entre os dois países. Embora, tanto na RPDC quanto na Coreia do Sul, seja reafirmado constantemente o objetivo nacional da reunificação, sua consecução não parece próxima. A divisão de 1945 foi aprofundada pela guerra fratricida de 1950-1953 e os ressentimentos, nos dois lados, ainda não foram superados.

Em relação à Rússia, uma das formas de marcar presença na península coreana é a promoção de grandes projetos trilaterais de infraestrutura envolvendo as duas Coreias – a ligação das ferrovias norte e sul-coreanas à Transiberiana, e a construção de gasoduto e linhas de transmissão da província de Primorye à Coreia do Sul, passando por território norte-coreano, nos quais a Rússia já investiu significativamente. Parece não haver dúvida que a Rússia tem interesse na diminuição das tensões na península coreana, mas há claros interesses geopolíticos e geoeconômicos em jogo. Moscou sabe que o desenvolvimento do extremo oriente do seu território depende grandemente de sua integração ao Nordeste da Ásia.

O interesse russo em promover o diálogo entre as duas Coreias ficou demonstrado na visita que o presidente Vladimir Putin realizou a Seul em novembro de 2013, ocasião em que foi assinado um *memorandum* de intenções com as empresas Hyundai, a siderúrgica Posco e a empresa ferroviária Korail, entre outras, que expressaram o desejo de participar das atividades da *joint venture* russo/norte-coreana RasonKonTrans, em Rajin. O objetivo é transformar o porto daquela cidade próxima às fronteiras com a Rússia e com a China em um importante *hub* de transbordo de cargas, principalmente de *containers*. Seria uma avaliação precoce indicar que a crise na Ucrânia resultará em alguma mudança na política de Moscou em relação à RPDC, em particular com relação à questão nuclear. No entanto, os acontecimentos naquele país podem ter acelerado os planos para a cooperação econômica e o intercâmbio de visitas de alto nível. Além disso, a Duma de Estado ratificou acordo que prevê o perdão de 10 dos 11 bilhões da dívida norte-coreana com a Rússia.

Por outro lado, tendo em vista a disposição de Moscou de implementar seus projetos de desenvolvimento econômico com o objetivo de interligar o extremo oriente da Rússia com as duas Coreias, o governo de Seul terá que pesar seus próprios interesses de longo e médio prazo. Para a RPDC, a reaproximação com a Rússia representa uma janela de oportunidade para contrabalançar a dependência em relação à China e a possibilidade de uma segunda opção estratégica.

Quanto às relações com o Japão, a recente aproximação revela, provavelmente, uma tentativa de Kim Jong Un de minar a ação coletiva dos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul em relação à RPDC. Essa reaproximação é vista de maneira positiva por Pequim e, também o Japão, tem interesse em reduzir o seu isolamento diplomático regional, em particular em relação à China e à Coreia do Sul. Além disso, Tóquio pretende demonstrar que pode influir nos cálculos estratégicos de Pequim de alguma forma, sendo a aproximação com Pyongyang uma delas. Para o governo japonês, a reaproximação com Pyongyang pode representar um maior poder de barganha em suas relações com a Coreia do Sul, que se encontra em um dos seus piores momentos, como também com Washington e com Pequim.

Dessa forma, tanto a RPDC como o Japão têm interesses estratégicos nessa reaproximação. Tóquio, ao romper laços econômicos com Pyongyang, perdeu completamente sua influência sobre a RPDC. Os pequenos passos em resposta às aberturas do norte podem, no entanto, ajudar a criar um canal de contato e oferecer a Tóquio um conhecimento mais próximo dos desígnios norte-coreanos. Para Pyongyang, a normalização das relações com Tóquio, além de aumentar seu poder de barganha frente a Seul e a Pequim, pode abrir uma janela de oportunidade para o desenvolvimento da economia, que se ressentiu fortemente do isolamento internacional.

Por fim, cabe mencionar os esforços diplomáticos que o Brasil tem feito para aproximar a RPDC da comunidade internacional. A abertura da embaixada residente em 2009, o curso de capacitação da ABC/EMBRAPA a técnicos agrícolas norte-coreanos em 2011 e as doações de alimentos por intermédio do PMA em 2010, 2011 e 2012 representam substancial capital político que deve ser preservado e ampliado. Esse capital acumulado constitui a base da relação de confiança que se estabeleceu entre o Brasil e a RPDC. Segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDPC, Ri Sol Yong, o governo da RPDC “muito apreciou a iniciativa brasileira de abrir uma embaixada em Pyongyang, um canal direto de contato que permite ao Brasil ter suas próprias percepções sobre a RPDC”. Ao mesmo tempo, os esforços brasileiros progredem no sentido de abrir oportunidades de atuação política, econômica e comercial na região.

Perspectivas

Os Estados coreanos, ao longo da história, desenvolveram notável habilidade diplomática para sobreviver entre grandes potências, e as elites dirigentes lograram manter unidade e estabilidade internas. Tais características foram aprofundadas pela RPDC e, em parte, perdidas pelo Sul. O culto aos líderes tem raízes na cultura política coreana e na situação interna (diversas facções no movimento comunista coreano e divisão do país) e externa (o contínuo jogo com potências amigas e inimigas). Após um período em que foi previsto o seu fim, a Coreia do Norte logrou certa estabilidade política e retomada do desenvolvimento, especialmente

com a ascensão de Kim Jong Un ao poder. Há indícios da implementação de um projeto de modernização, mas, provavelmente, sem as reformas de tipo chinês. Mais uma vez, a RPDC busca uma via original, contra ventos e marés. Velhos e conhecidos problemas persistem e a RPDC segue sendo uma sociedade tipicamente asiática e socialista, complicada de compreender (Kang 2011). Um verdadeiro planeta Marte: vermelho, Deus da guerra e difícil de acessar.

Referências bibliográficas

- ARMSTRONG, Charles K. (2003). *The North Korean Revolution, 1945-1950*. Londres: Cornell University Press.
- CHA, Victor D. What Do They Really Want? Obama's North Korea Conundrum. *The Washington Quarterly*, 32, 4, 2009.
- CHOI, Jinwook (1999). *Changing Relations between Party, Military, and Government in North Korea and Their Impact on Policy Direction*. Shorenstein APARC.
- CUMINGS, Bruce (2004). *North Korea: Another Country*. Nova York: The New Press.
- EBERSTADT, Nicholas (2007). *The North Korean economy: between crisis & catastrophe*. New Jersey: Transaction Publishers.
- HAGGARD, Stephan; NOLAND, Marcus (2007). *Famine in North Korea: Markets, Aid and Reform*. Nova York: Columbia University Press.
- HARRISON, Selig S. (2002). *Korean Endgame: A Strategy for Reunification and U.S. Disengagement*. Princeton: Princeton University Press.
- HOROWITZ, David (1973). *De Yalta au Vietnan*. Paris: Unión Générale d'Éditions.
- KANG, David C. *They Think They're Normal: Enduring Questions and New Research on North Korea*. *International Security*, v. 36, n. 3, 2011.
- KIM, Jong Il (1995). *Giving Priority to Ideological Work is Essential for Accomplishing Socialism*. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House.
- KIM, Jong Um (2014). *Palabras de conclusión em el pleno de marzo de 2013 del C.C. del Partido Del Trabajo de Corea*. Pyongyang: Ediciones Lenguas Extranjeras.
- LANKOV, Andrei (2013). *The real North Korea. Life and politics in the failed Stalinist utopia*. Okford: Oxford University Press.
- LEE, Young-hoon. *Feasibility of the Chang-Ji-Tu Plan and North Korea's Economic*. *Reform Korea Focus*, v. 19, nº3, 2011.
- LISTER, James M (2010). *Currency "Reform" in North Korea*. Washington, Korea Economic Institute, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University.
- LITWAK, Robert (2008). *Living with Ambiguity: Nuclear Deals with Iran and North Korea*. In: *Survival: Global Politics and Strategy*. London: Routledge.
- PARK, Han S. *Military First (Songun) Politics: implications for external policies* (2010). In: PARK, Kyung-Ae. *New Challenges of North Korean Foreign Policy*. Nova York: Palgrave Macmillan.

- RI, Jong Chol (2014). *Songun Politics in Korea*. Pyongyang: Ediciones Lenguas Extranjeras.
- SCALAPINO, Robert A.; LEE, Chong-sik (1972). *Communism in Corea: The Movement*. Berkeley: University of California Press.
- THOMPSON, Drew (2011). *Chinese Joint Ventures in North Korea*. Washington, Korea Economic Institute, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University.
- YANG, U.C. *Reform Without Transition: Economic Situation in North Korea After July 1st Measures*. North Korean Review, nº 6, 2010.

Recebido em 17 de setembro de 2014
Aprovado em 25 de setembro de 2014

Resumo

A Coreia do Norte acaba de passar por nova sucessão, com um líder jovem, o que para analistas representa ausência de mudanças e esgotamento do regime. Enquanto as disputas de poder interno e as crises militares externas parecem sinalizar continuidade, e que foram iniciadas algumas transformações importantes. O regime impulsiona a modernização da defesa, enquanto recoloca o Partido como ator relevante, definindo o desenvolvimento econômico como vetor. Mas a modernização em curso prossegue com a tradicional diplomacia de risco que parece descartar a ideia de reforma, conservando a essência do regime.

Palavras-chave: Coreia do Norte; diplomacia; modernização sem reformas.

Abstract

North Korea has recently undergone a succession, with a young leader, a fact that represents a lack of change and the depletion of the regime, according to analysts. While the struggles for domestic power and the international military crises seem to signal a continuity, important transformations have been launched. The establishment boosts the refurbishment of the defense, whilst relocates the Party as a relevant actor, defining economic development as a vector. However, the modernization in course follows the same venture diplomacy and suggests the discard of the idea of reform, maintaining the essence of the regime.

Keywords: North Korea; diplomacy; modernization without reforms.